GUIA PRÁTICO · 2026

Pesquisa de jurisprudência com IA

QUATRO FORMAS DE PESQUISAR
E CINCO CONFERÊNCIAS
ANTES DE CITAR



Simião Cavalcante



QUEM SOU EU?

PROF. SIMIÃO CAVALCANTE

Procurador, professor e entusiasta de tecnologia. Atualmente cursando MBA em Engenharia de Software pela USP e Master em Inteligência Artificial Generativa pela PUC-Rio. Compartilho no YouTube e no Instagram como usar ferramentas de IA para estudar de forma mais eficiente para concursos públicos e atuar de forma inteligente na prática jurídica.

Além disso, sou cofundador do PROGrupo, plataforma de ensino voltada para concursos públicos e mentorias. Acredito que a inteligência artificial, quando utilizada com método e propósito, pode transformar a forma como nos preparamos para os desafios profissionais e acadêmicos.

@simiao_cavalcante · **@simiao.cavalcante**

SUMÁRIO

1. Por que a IA erra em jurisprudência
2. Forma 1: o conector jurídico
3. Forma 2: a pesquisa profunda e o caderno de fontes
4. Forma 3: o navegador com IA
5. Forma 4: o browser harness
6. Qual ferramenta para qual tarefa
7. As cinco conferências
8. O caso prático: proposta abaixo de 75%
★ Checklist rápido

CAPÍTULO 1 · O PONTO DE PARTIDA

Por que a IA erra em jurisprudência

Este guia acompanha a minha palestra no IALIC 2026, o Congresso de Inteligência Artificial Aplicada às Licitações e Contratos. O tema é a pesquisa de jurisprudência com IA. Eu apresento quatro formas de pesquisar, digo para que serve cada uma e mostro a conferência que faço antes de citar um julgado.

Um modelo de linguagem, sozinho, não consulta nada. Ele não abre o site do tribunal. Ele escreve o texto mais provável a partir do que aprendeu. Um número de acórdão provável tem formato de acórdão e pode nunca ter existido. Responder de memória é diferente de consultar.

Pesquisadores de Stanford mediram esse erro em um estudo publicado em 2025 no Journal of Empirical Legal Studies. Um modelo geral, respondendo de memória a perguntas jurídicas, errou em 43% das vezes. As ferramentas jurídicas ligadas a uma base de decisões erraram entre 17% e 33%. O estudo é americano e avaliou ferramentas dos Estados Unidos. Eu não encontrei pesquisa brasileira independente equivalente.

> *Conectar a IA a uma base de decisões reduz o erro, mas não elimina. Por isso todas as formas deste guia terminam na conferência.*

Os três erros

1. JULGADO INVENTADO	O número, o relator e a ementa têm aparência perfeita, mas o julgado não está em nenhum repositório oficial. É o erro mais fácil de identificar, porque a pesquisa pelo número não devolve nada.
2. CONTEÚDO TROCADO	O julgado existe, mas trata de outro assunto ou diz o contrário do que a IA atribuiu a ele.
3. LEI ANTERIOR OU SUPERAÇÃO	O julgado existe e diz aquilo, mas foi proferido sob a lei antiga ou já foi superado. Em licitações, depois da troca da Lei 8.666 pela Lei 14.133, esse erro exige atenção redobrada.

O conector jurídico

O conector liga o chat que você já usa a um acervo de decisões. O nome técnico do padrão é MCP, um padrão aberto para conectar a IA a sistemas externos. No Claude, ele aparece no menu como "conectores". No ChatGPT, como "plugins". A instalação é feita em poucos cliques, sem programar.

Essas ferramentas não treinaram a IA com jurisprudência. O que elas fazem é busca, em quatro passos:

1. A empresa coleta as decisões nos sites dos tribunais.
2. Ela indexa o material por palavra e por significado. A segunda forma encontra o acórdão que trata do seu problema mesmo quando ele usa outras palavras.
3. Quando você pergunta, a IA consulta esse índice antes de responder.
4. A resposta volta com os documentos encontrados e com o link de cada um.

As duas que eu uso

Ferramenta	O que a empresa informa	Onde ler mais
IAJUS	Mais de 33 milhões de decisões, de 135 tribunais. Cobre tribunais de contas. Tem plano gratuito.	iajus.com.br/conceitos/como-a-ia-encontra
Jusratio	Mais de 51 milhões de documentos, de 130 tribunais e órgãos. Cobre tribunais de contas. Tem plano gratuito.	jusratio.com.br/conector

Os números são os divulgados pelas próprias empresas, lidos em 17/11/2026. Eu não tenho vínculo com nenhuma delas.

Como escrever a pergunta

A pergunta leva quatro informações: o fato, a norma, o órgão e o período. Eu incluo essas quatro informações para delimitar a pesquisa.

MODELO DE PERGUNTA — **CONECTOR JURÍDICO**

```
Pesquise decisões do Plenário do TCU, de 2023 em diante, sobre proposta com valor inferior a 75% do orçado em obra ou serviço de engenharia (Lei 14.133/2021, art. 59, § 4º). Quero saber se a presunção de inexequibilidade é absoluta ou relativa. Para cada decisão, informe o número, o colegiado, o relator, a data da sessão e o link.
```

PARA QUE SERVE	Para achar o julgado. É o caminho mais rápido quando a dúvida cabe em uma tese.
LIMITE	A cobertura não é exaustiva, como as próprias empresas avisam. Quando a busca não encontra nada, isso não prova que o julgado não existe. O resultado encontrado também precisa ser aberto na fonte oficial.

CAPÍTULO 3 · FORMA 2

A pesquisa profunda e o caderno de fontes

Algumas dúvidas não cabem em um julgado. Eu preciso saber como os tribunais de contas estão tratando um tema da lei nova, se há orientação do órgão central e se existe divergência. Para isso eu uso duas ferramentas em sequência.

Gemini Deep Research

Você faz a pergunta. A ferramenta monta um plano de pesquisa, navega por centenas de páginas, cruza as informações e entrega um relatório em alguns minutos. O Claude e o ChatGPT têm recursos parecidos.

MODELO DE PEDIDO — DEEP RESEARCH

```
Faça um panorama de como o TCU e os tribunais de contas estaduais têm aplicado o
art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 (inexequibilidade de propostas em obras e serviços
de engenharia). Separe, na resposta, as fontes oficiais (tribunais e órgãos
públicos) das demais. Indique o link de cada decisão citada.
```

CUIDADO Olhe a lista de fontes do relatório. O site do tribunal aparece ao lado de blogs, sites de escritórios e artigos sem data. Para a ferramenta, tudo é página da internet. Mesmo quando o relatório está bem escrito, eu confiro as fontes antes de usar as conclusões.

Gemini Notebook, o antigo NotebookLM

Aqui a lógica se inverte. Quem escolhe as fontes é você. Eu crio um caderno e coloco nele os documentos em que confio: os acórdãos abertos no site do tribunal, o edital, o parecer anterior e o texto da lei. No plano sem assinatura, cabem 50 fontes por caderno.

A resposta vem ancorada nesses documentos, com a indicação da fonte ao lado de cada afirmação. Eu digo "ancorada nas fontes" em vez de "limitada às fontes" porque a ferramenta continua sendo um modelo de linguagem que escreve.

A sequência que eu sigo

1. O Deep Research abre o mapa do tema e mostra onde procurar.
2. Eu separo as fontes oficiais dos comentários e baixo os documentos oficiais.
3. O caderno responde sobre os documentos que eu separei.
4. A citação que vai para a peça sai do inteiro teor, não do resumo feito pela IA.

CAPÍTULO 4 · FORMA 3

O navegador com IA

Os assistentes já conseguem usar o navegador. Eles leem a página, clicam, preenchem o campo de pesquisa e abrem o documento. Eu uso o Claude in Chrome, uma extensão que exige plano pago e funciona no Google Chrome. O ChatGPT tem navegador próprio e um modo agente.

Nesta forma, o papel da IA muda. Nas duas anteriores ela descobria julgados. Aqui ela confere, no site do tribunal, com você olhando.

MODELO DE PEDIDO — NAVEGADOR COM IA

```
Abra a Pesquisa Integrada do TCU, localize o Acórdão 465/2024 do Plenário e me
mostre o trecho em que o tribunal trata da presunção de inexequibilidade. Informe o
número, o colegiado, o relator e a data da sessão como aparecem na página.
```

Com esse pedido, a extensão abriu o site do TCU, digitou o número, entrou no acórdão e mostrou o trecho. São três conferências feitas na fonte oficial: a existência, a identificação e o conteúdo.

O risco: a instrução escondida

Quando navega, a IA lê tudo o que está na página, inclusive o texto que você não vê. Uma linha em letra branca sobre fundo branco pode trazer uma ordem dirigida ao assistente. O nome disso é injeção de comando.

Existe caso real em documento jurídico. Em 20/10/2026, no AgInt no AREsp 3.095.458/SP, o STJ aplicou multa de R$ 20 mil a advogados que esconderam em uma petição um comando dirigido à IA usada pelo tribunal. A Anthropic, que fabrica a extensão, informa nas **orientações de segurança** que o risco não é zero.

Três regras

- [ ] Na conferência, abra só sites oficiais: o TCU, o STJ, o STF e o tribunal de contas do seu estado.
- [ ] Use um perfil separado do navegador, sem banco, sem e-mail pessoal e sem sistema sensível aberto.
- [ ] A IA lê e mostra. Leia você o trecho que ela destacou antes de usar.

CAPÍTULO 5 · FORMA 4 (AVANÇADA)

O browser harness

Esta forma é para quem já usa um agente de programação, como o Claude Code. O browser harness é um projeto de código aberto que permite ao agente, a partir do terminal, controlar o seu Chrome com as sessões que estão abertas nele.

A diferença para a extensão está na escala e no registro. A extensão faz uma tarefa por vez, com você olhando. O harness recebe uma lista inteira. Ele serve para o parecer com dez julgados citados ou para a minuta que a equipe preparou com quinze.

MODELO DE PEDIDO — CLAUDE CODE + BROWSER HARNESS

```
Aqui estão os dez julgados citados neste parecer. Abra cada um no site oficial do
tribunal. Confirme número, colegiado, relator e data. Copie o trecho que sustenta a
afirmação do parecer. Salve um print de cada página e me entregue uma tabela com o
link, o print e o que não conferiu. Abra somente os sites dos tribunais. Não
preencha formulários e não envie nada.
```

O resultado é uma tabela. As linhas em que a data não confere ou o trecho não foi localizado são as que eu abro pessoalmente. O link e o print de cada julgado ficam guardados com a data da consulta.

Com que cuidado

ALCANCE	A extensão pede permissão site por site. O harness não. Com uma aprovação, o agente passa a alcançar tudo o que está logado no navegador, inclusive o sistema de processos e o e-mail.
ESCOPO FECHADO	Diga quais sites o agente pode abrir e o que ele deve fazer em cada um.
LEITURA SIM, PROTOCOLO NÃO	O agente lê, confere, copia e salva. Quem peticiona, assina e protocola é a pessoa.

Projeto: github.com/browser-use/browser-harness

CAPÍTULO 6 · RESUMO

Qual ferramenta para qual tarefa

Tarefa	Ferramenta	O que lembrar
Achar o julgado	Conector jurídico (IA-JUS, Jusratio)	Devolve o link de cada decisão. Busca sem resultado não prova que o julgado não existe.
Montar o panorama	Deep Research e Gemini Notebook	O relatório mistura fonte oficial e comentário. Separe as fontes antes de levar ao caderno.
Conferir na fonte	Navegador com IA (Claude in Chrome, ChatGPT)	Só sites oficiais, perfil separado e leitura do trecho por você.
Conferir em lote, com registro	Browser harness com agente de código	Nível avançado. Escopo fechado. Leitura sim, protocolo não.

A velocidade vem da IA na etapa de descoberta. A confiabilidade vem da conferência na fonte oficial. São etapas diferentes do mesmo trabalho.

CAPÍTULO 7 · O PROTOCOLO

As cinco conferências

Antes de citar um julgado que veio da IA, eu passo por cinco perguntas.

1. EXISTE?	Abra o julgado no site do próprio tribunal, pelo número. Se a pesquisa oficial não devolve nada, não cite. Identifica o primeiro erro.
2. É ESSE MESMO?	Confira órgão, colegiado, relator e data. Um número certo com relator ou data errados indica mistura de julgados.
3. DIZ ISSO?	Localize o trecho no voto ou no acórdão. A ementa e o resumo servem para a triagem. A citação sai do inteiro teor. Identifica o segundo erro.
4. AINDA VALE?	Veja a lei em que o julgado se apoia e se houve superação. Um precedente da Lei 8.666 não se transporta sozinho para a Lei 14.133. Identifica o terceiro erro.
5. SERVE AO MEU CASO?	Compare o fato julgado com o seu. Eu verifico se as diferenças entre os fatos impedem a aplicação do precedente ao meu caso.

Onde conferir

Fonte	Endereço
TCU, Pesquisa Integrada	pesquisa.apps.tcu.gov.br
STJ, pesquisa de jurisprudência	scon.stj.jus.br/SCON
STF, pesquisa de jurisprudência	jurisprudencia.stf.jus.br
Lei 14.133/2021, texto compilado	planalto.gov.br · Lei 14.133

Para tribunal de contas estadual ou municipal, use a pesquisa do site do próprio tribunal. O resumo por IA que a Pesquisa Integrada do TCU exibe desde julho de 2026 serve para a triagem. Em nota de 03/11/2026, o STJ recomendou a consulta à sua página de jurisprudência para evitar citações falsas geradas por IA.

CAPÍTULO 8 · EXEMPLO

O caso prático: proposta abaixo de 75%

O art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 diz que, em obras e serviços de engenharia, "serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração". A pergunta da palestra é se a proposta de 70% do orçamento deve ser desclassificada de imediato.

A pesquisa pelo conector devolveu acórdãos do Plenário do TCU no mesmo sentido. A presunção de inexequibilidade é relativa. A Administração deve dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da proposta. O próprio art. 59, no § 2º, permite a diligência. Os quatro acórdãos foram abertos na Pesquisa Integrada do TCU em 17/11/2026:

Acórdão (Plenário)	Relator	Sessão	Observação
465/2024	Min. Augusto Sherman	20/03/2024	Presunção relativa
803/2024	Min. Benjamin Zymler	24/04/2024	Presunção relativa
2378/2024	Min. Benjamin Zymler	06/11/2024	Presunção relativa
214/2025	Min. Jhonatan de Jesus	05/02/2025	Desclassificações sumárias anuladas e retorno à fase de análise das propostas

O QUE EU DESCARTEI

Junto com os acórdãos veio a Súmula 262 do TCU. Ela também trata a presunção como relativa, mas se refere ao art. 48 da Lei 8.666/1993. É o terceiro erro dentro de um resultado correto. Na peça, eu cito os acórdãos da lei nova. A súmula pode ser mencionada como origem do entendimento.

> *Não confie nesta tabela. Abra cada acórdão na Pesquisa Integrada do TCU e faça as cinco conferências antes de citar.*

CHECKLIST RÁPIDO

1. Precisa achar um julgado? Use um conector jurídico e escreva a pergunta com fato, norma, órgão e período.
2. Precisa de um panorama? Use a pesquisa profunda e separe as fontes oficiais dos comentários.
3. Leve os documentos oficiais a um caderno de fontes e peça a resposta com a indicação da fonte.
4. Confira cada julgado no site do tribunal. O navegador com IA ajuda a localizar o trecho.
5. Tem uma lista grande? O browser harness confere em lote e guarda o link e o print.
6. Passe pelas cinco conferências: existe, é esse mesmo, diz isso, ainda vale e serve ao meu caso.
7. Cite a partir do inteiro teor e junte ao processo o link e o print, com a data da consulta.

Quem assina responde

A OAB, na Recomendação 001/2024 do Conselho Federal (item 3.7), orienta a revisão de tudo o que a IA produz, sem confiança exclusiva na ferramenta. O CNJ trata da responsabilidade pelo uso da IA na Resolução 615/2025 (art. 19, § 3º, II). O TCU publicou em 2024 o seu Guia de uso de IA generativa.

Se o guia ajudou, me conta nos comentários qual das quatro formas você já usa.

@simiao_cavalcante · **@simiao.cavalcante**

Links e julgados conferidos em 17 de novembro de 2026. Fontes: TCU, Acórdãos 465/2024, 803/2024, 2378/2024 e 214/2025, todos do Plenário. Súmula TCU 262. Magesh e outros, Journal of Empirical Legal Studies, 2025. STJ, AgInt no AREsp 3.095.458/SP, rel. Min. Paulo Sérgio Domingues, 20/10/2026. STJ, nota de 03/11/2026 sobre citações falsas geradas por IA. OAB, Recomendação 001/2024. CNJ, Resolução 615/2025. Páginas oficiais das ferramentas citadas. Material educativo e independente, sem vínculo com as ferramentas citadas.